

Aviso n.º 14984/2009

Ao abrigo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso da competência que me foi delegada pela Comissão de Apreciação e Controlo da Actividade de Administradores da Insolvência, por deliberação publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, de 07 de Julho de 2005, faço público que, relativamente às listas dos Administradores da Insolvência, publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 53, de 17 de Março de 2009, fiz anotar a seguinte alteração de morada:

Lista dos administradores da insolvência do distrito judicial de Coimbra:

João Cândido Torres Cordeiro, Avenida Fernão de Magalhães, 153, 5.º andar, sala 13, Edifício Dallas, 3000-176 Coimbra.

Lista dos administradores da insolvência do distrito judicial de Évora

João Cândido Torres Cordeiro, Avenida Fernão de Magalhães, 153, 5.º andar, sala 13, Edifício Dallas, 3000-176 Coimbra.

Lista dos administradores da insolvência do distrito judicial de Lisboa

João Cândido Torres Cordeiro, Avenida Fernão de Magalhães, 153, 5.º andar, sala 13, Edifício Dallas, 3000-176 Coimbra

Lista dos administradores da insolvência do distrito judicial do Porto

João Cândido Torres Cordeiro, Avenida Fernão de Magalhães, 153, 5.º andar, sala 13, Edifício Dallas, 3000-176 Coimbra.

11 de Agosto de 2009. — O Presidente, *João Augusto de Moura Ribeiro Coelho*.

202208905

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos

Aviso n.º 14985/2009

Procedimento concursal comum (referência 03/C/2009), com vista ao preenchimento de três postos de trabalho na carreira de técnico superior do mapa de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

Torna-se pública a lista de candidatos que é intenção do júri excluir do procedimento concursal comum, publicitado através do Aviso n.º 11 081/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 116, de 18 de Junho de 2009, de acordo com os fundamentos abaixo indicados:

- Ana Margarida de Morais Pascoal *a)*, *b)* e *c)*.
- Andreia Filipa Moita Faria Rodrigues Coimbra Pinheiro *b)* e *c)*.
- Carina Sofia Nunes Francisco *b)*.
- Carla Alexandra dos Santos Quintas *d)*.
- Domingos de Almeida Pedro *a)*, *b)* e *c)*.
- Elizabete Luz Mestre *b)*.
- Heloísa Pereira da Luz *a)*, *b)* e *c)*.
- José Augusto Baptista *a)*, *b)* e *c)*.
- José Carlos Pereira Alves *a)*, *b)* e *c)*.
- Lídia da Conceição Martins *a)*, *b)* e *c)*.
- Rui Miguel Peixoto Semedo *a)*, *b)* e *c)*.
- Sandra Raquel de Matos Ferreira Canastra *d)*.
- Telma Sofia Ferreira Agostinho *e)*.

a) Não apresentou a sua candidatura em formulário tipo conforme exigido no n.º 13 do Aviso de Abertura.

b) Não entregou fotocópia do Bilhete de Identidade ou do Cartão de Cidadão conforme exigido na alínea *b)* do n.º 14.1 do Aviso de Abertura.

c) Não entregou documento comprovativo das habilitações literárias conforme exigido na alínea *a)* do n.º 14.1 do Aviso de Abertura.

d) Não reúne as condições exigidas no ponto 10 do Aviso de Abertura.

e) Apresentou a candidatura fora de prazo.

Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3, da alínea *d)* do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo notificam-se os candidatos acima identificados de que dispõem de 10 dias úteis, a contar da publicação do presente aviso, para, querendo, dizer por escrito o que se lhes oferecer.

Os candidatos referidos que pretendam apresentar alegações, devem fazê-lo através do “formulário para o exercício do direito de participação dos interessados”, aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, de 8 de Maio, do Ministro de Estado e das Finanças, que é de utilização obrigatória, conforme o estabelecido no n.º 1 do artigo 51.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e se encontra disponível em www.dgsp.mj.pt — recursos humanos — concursos.

As alegações devem dar entrada nas instalações da DGSP, sitas na Avenida da Liberdade, n.º 9, 1250-139 Lisboa, até ao termo do prazo indicado, findo o qual não serão as mesmas consideradas.

O processo de concurso encontra-se disponível para consulta dos interessados na Divisão de Gestão de Recursos Humanos, na morada acima indicada, diariamente, das 10 horas às 12 horas e das 14 horas e 30 minutos às 16 horas e 30 minutos.

14 de Agosto de 2009. — A Presidente do Júri, *Julieta de Fátima Neves e Silva Nunes*.

202211448

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Agência Portuguesa do Ambiente

Departamento de Gestão de Recursos Humanos,
Financeiros e Patrimoniais**Aviso n.º 14986/2009**

Procedimento concursal comum, com vista ao recrutamento de um trabalhador, detentor da categoria de técnico superior, para a celebração de um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

1 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 6.º e no artigo 50.º da Lei n.º 12/A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que por despacho de 18 de Agosto de 2009 da Subdirectora-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente, se encontra aberto o presente procedimento concursal comum, com vista ao recrutamento de um trabalhador, detentor da categoria de técnico superior, para a celebração de um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a ocupação de lugar previsto e criado no mapa de pessoal da Agência Portuguesa do Ambiente.

2 — Por ainda não se encontrar regulamentada e em funcionamento a Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), foi consultada a DGAEP, que informou em 6 de Março de 2009, ter suspenso, durante um ano, a obrigatoriedade de consulta a esta entidade.

3 — O prazo de apresentação de candidaturas ao presente procedimento é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

4 — O presente concurso regula-se pelos seguintes diplomas:

Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/1991, de 15 de Novembro;

Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro;

Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Janeiro;

Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

5 — Genericamente, o posto de trabalho posto a concurso caracteriza-se pelo exercício de funções da carreira de técnico superior, tal como são descritas no Anexo à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na área da Prevenção e Controlo Integrados da Poluição e Inventários de Emissão. Em particular, define-se pela capacidade técnica de análise de projectos de licenciamento ambiental, relatórios ambientais e planos de desempenho ambiental submetidos no âmbito do Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de Agosto (Diploma PCIP) referentes a todos os sectores de actividade identificados neste diploma; emissão de pareceres técnicos de apoio à decisão relativos a processos de exclusão, alteração substancial e renovação; avaliação in loco dos processos industriais em fase de licenciamento; pela aplicação dos documentos de referência sectoriais e transversais Best Reference Documents (BREFs) nomeadamente estudo e diagnóstico sobre as técnicas/tecnologias em uso e as Melhores Técnicas Disponíveis (MTDs) aplicáveis aos vários sectores de actividade identificados no Diploma PCIP; sistematização dos Valores de Emissão Associados (VEA) às MTDs e sua comparação com os Valores Limite de Emissão (VLE) estabelecidos na legislação nacional, bem como acompanhamento dos trabalhos de revisão dos BREFs nomeadamente análise de aplicação de MTDs e adequação à realidade nacional; análise